

REDES SOCIOTÉCNICAS DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Sílvia Regina Nunes Baptista

Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação
em Saúde (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ) – silviaregina10@gmail.com

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Doutora em Sociologia, Pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Ciências
Sociais (PPGCS/UFRRJ) annelisecff@yahoo.com.br

Sandra Aparecida Padilha Magalhães-Fraga

Doutora em Ecologia, pesquisadora do NGBS/Farmanguinhos/FIOCRUZ –
sandramf@far.fiocruz.br

Paula Xavier dos Santos

Doutora em Ciência da Informação, pesquisadora do PPGICS/ICICT/FIOCRUZ –
paulaxs@fiocruz.br

Resumo

O programa e as políticas nacionais relacionadas às plantas medicinais têm como meta a disponibilidade plena de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde e o desenvolvimento deste setor produtivo. Pesquisas multi e interdisciplinares precisam subsidiar a tomada de decisão para que esta opção terapêutica seja possível ao usuário do SUS. Vários setores da economia também precisam interagir, dentre eles a agricultura. Por sua íntima relação com os desafios ambientais contemporâneos, na zona oeste do Rio de Janeiro desenvolvem-se ações com foco na agricultura familiar, para o cultivo de plantas medicinais em sistema agroecológico. Ao lado de ações técnicas foi

desenvolvido um processo de formação continuada que gerou um coletivo. Este trabalho é uma análise sobre a qualificação deste coletivo como rede sociotécnica.

Palavras-chave:

Participação, informação, comunicação em saúde;

Abstract

The program and the national policies related to medicinal plants have as a goal the full availability of herbal medicines in the National Health System (SUS) and the development of the productive sector. Multidisciplinary and interdisciplinary Searches need support the decision making for this therapeutic option to be possible for the user of the SUS. Many sectors of economy also need to interact, among them the agriculture. For their close relationship with contemporary environmental challenges, in the west of Rio de Janeiro are developed initiatives focused on family farming, for the cultivation of medicinal plants in agroecological system. Beside technical actions was developed a process of continuous education that generated a collective. This job is an analysis about the classification of this group as a sociotechnical network.

Keywords:

Participation, information, health communication;

Apresentação

O uso de espécies vegetais cultivadas ou florestais com uso medicinal está no imaginário popular. Questões de saúde são associadas tanto ao uso popular e tradicional quanto ao uso fundamentado em informações científicas. Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que cerca de 80% da população mundial fez o uso de algum tipo de erva medicinal na busca de alívio de alguma sintomatologia dolorosa ou desagradável. (MAGALHÃES-FRAGA, 2010)

Esses usos geraram demandas nacionais e internacionais pelo desenvolvimento do setor produtivo de plantas medicinais e fitoterápicos (PMF). Para atendê-las foram publicadas a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (BRASIL, 2006), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL,

2006) e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (BRASIL, 2007). Outras leis, normas regulatórias e ações políticas tem significado um desenvolvimento para o setor em caráter nacional e, em linhas gerais, reconhecem nos seus respectivos textos a transversalidade que envolve a temática das plantas medicinais, abrangendo políticas de saúde, ambiente, desenvolvimento econômico e social. Merece destaque também o trabalho desenvolvido pela Anvisa com instruções normativas que vão desenhando um novo perfil para a fitoterapia. Bem recentemente um edital selecionou 12 projetos de arranjos produtivos locais por todo o país com o investimento de R\$ 6 milhões de reais do Ministério de Saúde.

A partir do ano 2006, foi se desenvolvendo, simultaneamente, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, o Projeto Plantas Medicinais como Alternativa Agroecológica para as Comunidades do Maciço da Pedra Branca. Foi proposto pela equipe da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde, setor do Instituto de Tecnologia em Fármacos (PAF / NGBS/ FARMANGUINHOS / FIOCRUZ). O olhar da PAF sobre o território do Maciço da Pedra Branca, por sua vez, partiu do trabalho anterior da sua coordenadora. Doutora em Ecologia, Sandra Magalhães Fraga realizou pesquisa com os rios do Maciço da Pedra Branca, em Jacarepaguá. A esta visão sobre o território somou-se o tema – plantas medicinais – que é o objeto de trabalho da PAF. A proposta inicial contou com a parceria de Annelise Fernandez, doutora em sociologia, também com uma atuação no entorno do Maciço da Pedra Branca e atualmente pesquisadora do Instituto Três Rios, da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/ITR). A esta parceria das duas instituições unidas às associações de agricultores e algumas parcerias, chamamos Profito. Nas ações de Farmanguinhos ele se encontra em sua fase III com um subprojeto denominado Modelo Socioprodutivo Agroecológico de Plantas Medicinais. Nas ações da Universidade Rural tem o nome de Programa de Extensão “Ampliação e Fortalecimento das Atividades Agroindustriais das Associações de Agricultores do Maciço da Pedra Branca do Rio de Janeiro”.

O Profito, que neste trabalho tem tanto a conotação de um programa como de um coletivo, em sua edição como projeto, foi desenhado com três fases de implantação.

Fase I: Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) – Levantamento de características sócio-econômicas, agronômicas e etnobotânicas das comunidades. Duração: 36 meses (2006 a 2009).

Fase II: Aprimoramento técnico e capacitação – Capacitação em Rede para Inserção de Agricultores em Arranjo Produtivo Local de Fitoterápicos na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Duração: 12 meses (2010 a 2011).

Fase III: Desenvolvimento e Produção – Implantação e monitoramento do cultivo, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais baseada em espécies nativas. Implantação de Arranjo Produtivo Local. Duração: 24 meses (2012 a 2014).

A técnica de DRP foi aplicada a partir de 2006 neste território. Nesta fase foram identificados agricultores em Campo Grande, Ilha de Guaratiba, Vargem Grande e Jacarepaguá, bairros da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Coerentes com a prática tradicional da FIOCRUZ de trabalhar com o entorno de seus campi, a PAF adotou o recorte de atuação no Maciço da Pedra Branca, entorno do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA). Focou, portanto nos produtores de banana, caqui e aipim inseridos neste entorno. Atualmente estão reunidos em três associações: Associação de Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (ALCRI), Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca (AGROPRATA) e Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM).

A ALCRI surgiu em 1986, através da intervenção de dois agrônomos da EMATER. Permaneceu desativada durante alguns anos e em 1998 reiniciou suas atividades.

O fim dos anos 90 corresponde ao período em que a presença institucional do IEF com suas marcas materiais e imateriais - instalações, portões, placas, fiscalização, ações pedagógicas – fizeram-se mais presentes na região do Pau da Fome e, contribuiu para motivar a união dos agricultores em torno da Associação. (FERNANDEZ, 2010, p. 313)

A AGROPRATA foi criada a partir de projeto da ONG Roda Viva entre 2001 e 2003, que, de modo similar ao Profito, iniciou como um olhar sobre as microbacias hidrográficas da região.

(...) O projeto da ONG Roda Viva, (...) tinha como idéia central reverter uma agricultura extrativista rudimentar e extensiva, com baixos índices de produtividade, como até então era praticada, por outra, em sistema

de agrofloresta, cultivada em áreas menores, com agregação de valor ao produto orgânico e do beneficiamento de parte dele, como é o caso da banana-passa. Além do desenvolvimento de novas técnicas e a capacitação dos agricultores, fazia parte do projeto, através de um termo de cooperação técnica assinado com o IEF, o zoneamento da área a ser cultivada, através da recomposição de áreas degradadas e o comprometimento dos produtores em não expandir suas moradias, nem suas culturas, já que a grande maioria dos sítios estava estabelecida nos limites do PEPB. (FERNANDEZ, 2010, p.303)

A Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM), diferente das demais, surgiu com a mediação da equipe do Profito. Quando se aproximou da comunidade do Alto Mucuíba em Vargem Grande, a equipe identificou não só a existência de moradores com atividade agrícola economicamente relevante, mas também laços socioculturais de solidariedade e parentesco entre eles. Após um número relevante de entrevistas foram feitas reuniões que apontaram como prioridade do grupo a formação da associação encarada como uma ferramenta de acesso aos serviços e às políticas públicas. No dia 12 de dezembro de 2007 foi realizada a assembleia de fundação desta instituição.

Entre 2010 e 2011 foi desenvolvida a fase de capacitação (BAPTISTA, 2010), um curso prático de cultivo e comercialização de plantas medicinais – um processo de construção do conhecimento com ênfase em princípios da educação popular para a promoção da agroecologia na produção de plantas medicinais. Desde o início desta fase II, houve incentivo para discussão crítica sobre a pertinência dos termos formação e capacitação. Todo sujeito coletivo que permanece, ao longo do tempo, com vínculos de confiança, passou de um modo ou outro por um processo de formação continuada. É a formação que gera o vínculo e a mobilização. No caso do Profito, isto tem acontecido desde seu DRP com a participação dos seus integrantes, as trocas permanentes, os processos avaliativos. Há um processo de formação que perpassa todo o histórico do programa e que aparentemente vai permanecer com o coletivo que resulta deste processo. No intercurso da formação foi inserida uma fase de capacitação. Concordamos com os críticos ao falar que capacitação tem um aspecto técnico, mais ligado ao desenvolvimento de recursos humanos. Por isto mesmo, o objetivo geral da fase II foi desenvolver competências locais para cultivo sustentável, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais, inserindo agricultores em arranjo produtivo local para geração de trabalho e renda. Três objetivos específicos nortearam as ações: 1º.

Desenvolver processo de capacitação para implantação e multiplicação do cultivo sustentável de espécies medicinais consideradas relevantes do ponto de vista dos diferentes atores da cadeia produtiva; 2º. Promover estratégia de comunicação em rede capaz de socializar conceitos, possibilitar escuta dos diversos atores da cadeia produtiva e criar condições para a implantação de arranjo produtivo local e o 3º: Avaliar o desenvolvimento das competências individuais e locais para o cultivo sustentável de plantas medicinais.

O presente trabalho avalia o segundo objetivo específico, ou seja, a promoção de um fluxo de comunicação multidirecional em rede com respeito à autonomia de cada sujeito da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterapia (PMF) no Rio de Janeiro. As atividades desenvolvidas para obtenção deste objetivo específico foram planejadas e executadas do ponto de vista da sociologia e da pedagogia. Enfatizou-se o empoderamento dos agricultores da cidade para que, junto com técnicos e parceiros, consolidassem um coletivo apto a interferir nas políticas e serviços locais relacionadas à PMF fazendo cumprir sua opção pela gestão participativa.

Gestão Participativa é considerada um processo contínuo de decisões democráticas quanto à alocação de pessoas, processos e recursos necessários à plena consecução dos objetivos da ação, serviço ou política ou organização envolvida. Refere-se ao princípio da participação expresso no Artigo 7º da Lei 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e da diretriz expressa no Artigo 5º, inciso III, da Lei 9985/2000 (SNUC). No PNPMF, participação e controle social são princípios transversais e se repetem em suas diretrizes, por exemplo: Apoiar as iniciativas de coordenação entre as comunidades para a participação nos fóruns do Setor (4.5) (BRASIL, 2008). Exige atitude de escuta, um constante alinhamento de conceitos, um fluxo de informações e comunicação dentro do princípio de equidade, outro princípio do SUS, que está relacionada com a participação. O Profito atua com um público com pouco letramento e com pouco ou nenhum acesso aos meios de informação. Entendemos que cabe ao gestor público a implantação de metodologia adequada, disponibilidade de meios materiais e tempo para qualificação das decisões a serem tomadas. Ou seja, busca de equidade, como uma tendência ao equilíbrio num ambiente de desigualdade no acesso à informação e aos meios materiais da comunicação. Buscamos esta qualificação no fórum máximo de deliberações do Profito que é mensal, reúne agricultores, gestores, técnicos e facilitadores.

Lembrando que a participação é um princípio constitucional consolidado nas políticas e serviços intervenientes na produção de fitoterápicos convêm analisar os desafios para a sua implantação em um ambiente multidisciplinar.

A análise da cadeia produtiva de plantas medicinais pode ser feita de muitas maneiras. O compromisso com o Sistema Único de Saúde pode privilegiar um olhar que parte da disponibilidade de um fitoterápico ao usuário do SUS: A dispensação é uma atividade da assistência e atenção farmacêutica; a prescrição é tarefa de médicos, odontólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros; Para se constituir como medicamento, este fitoterápico passou por ambientes de pesquisa em diferentes abordagens: bioquímica, farmacotécnica, controle de qualidade, testes clínicos. A produção depende então das questões relativas a agricultura. Ali se encontram questões estruturais deste setor da economia, aspectos da ciência agronomia, a organização ou não da agricultura local e aspectos de logística e de mercados. Para se estabelecer o cultivo há dependência ainda da botânica e da ecologia.

O processo de tomada de decisão sobre o que e quanto produzir para atender às necessidades epidemiológicas de um território exige do gestor uma visão ampla das informações produzidas por cada área de pesquisa, com suas linguagens e idiossincrasias e, ao mesmo tempo ter uma visão dos setores econômicos inter-relacionados na produção de PMF.

Informação científica é todo conhecimento que resulta ou está relacionado com o resultado de uma pesquisa científica (AGUIAR, 1991; apud GOMES, 2001). Cada campo e área de investigação acima descrita tem seus sistemas de produção de informação. Aos interagirem com o conhecimento produzido pelos setores da economia ela passa a ser conceituada como informação tecnológica e científica que “compreende todo tipo de informação que serve de matéria-prima (*new material information*) ou insumo para a geração de conhecimentos científicos e de tecnologia” (VAZ LEOPOLDO, 2001. apud GOMES, 2001).

A opção pela gestão participativa e inclusão dos agricultores e usuários do SUS no processo de decisão, implantação e avaliação das políticas provoca a interseção com os estudos científicos da Comunicação em Saúde. Segundo a pesquisadora Inesita Araújo (2002), este campo de investigação científica, vê a comunicação como um modelo de mercado simbólico, onde há diferentes lugares de interlocução e uma disputa

entre vozes concorrentes ou sinérgicas na produção de sentidos e consequentemente na influência de políticas públicas de saúde.

Está montado o cenário de interdisciplinaridade, ou seja, os campos de investigação científica se juntam no interior de um objeto de pesquisa. A autora Lena Vania Pinheiro cita as metáforas espaciais que possibilitam compreender a prática interdisciplinar como trabalho de fronteira ou conhecimento fronteiro, composto por reivindicações, atividades e estruturas institucionais que definem e protegem o exercício do conhecimento (KLEIN, 1996 apud PINHEIRO, 2007). As autoras analisam a reestruturação de campos integrados de ciências sociais, que parecem se aplicar no caso das ações locais de plantas medicinais e fitoterapia. O tema redes é visto como a integração entre as ciências sociais, a informação e a comunicação em saúde.

O problema de investigação que se apresenta neste texto é portanto delineado a partir de uma mobilização de agricultores familiares com características de comunicação oral e periférica, numa política pautada por informação tecnológica e científica em fluxos de comunicação ocorrendo em ambientes coletivos. Elege-se então, como prioridade para encaminhar hipóteses na solução do problema, este recorte: Avaliar se o coletivo que interage na região metropolitana do Rio dentro da temática PMF pode ser considerado uma rede sociotécnica e consequentemente avaliar se o segundo objetivo específico da fase de capacitação do Profito foi atingido. Estudar a rede socio-técnica é também atender à subdiretriz 15.2 do PNPMF: Identificar e sistematizar as potencialidades dos agentes produtivos na cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, promover interação entre os agentes produtivos da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2008).

Metodologia

Para responder a pergunta eleita, a metodologia utilizada parte da busca bibliográfica sobre os conceitos de “Rede Sociotécnica” e “Redes Sociais”. Promove a revisão da bibliografia produzida pelos integrantes e parceiros do projeto, as monografias, uma dissertação e uma tese. Também ocorrerá análise de dados primários: o documento original (2006), as listas de presenças dos ciclos e seminários, redação e relatórios dos sub-projetos; sistematização dos dados obtidos em planilha.

Desenvolvimento

Pensar em redes sociais traz toda a problematização epistemológica pertinente aos diversos campos da ciência. É possível a observação do “modo como a diferença é, nesse campo, tratada e acolhida”, diz a professora Marcia Moraes (s/d) comentando sobre Bruno Latour (1994). A formação do Profito trabalhou com referenciais da antropologia elencados pela pesquisadora Annelise Fernandez (2010) e, postos nas ‘rodas de conversa’. Circularam, produziram sentidos e conseqüentemente promoveram mudanças. Quando, na inter-relação com os atores sociais do território observa-se a técnica, inerente ao território, da natureza do tema, ocorreu o pensamento de repetir o movimento de circulação e produção de sentidos. Não se pode ignorar a “ ideia de técnica como algo onde o "humano" e o "não-humano" são inseparáveis”. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006). Compreendemos que a existência de laboratórios, farmácias, ou a implantação de sistemas agroflorestais medicinais são tecnológicos e a “tecnologia embutida nos objetos constitui matéria central da análise sociológica” (SANTOS, 2006).

Mas o que a técnica produz nas redes sociais? Com a existência de diferentes lugares de interlocução dentro da mesma rede, a pretensão de desenvolver equidade e participação é levar em conta que lugares mais periféricos (ARAÚJO, 2002) têm maiores dificuldades na produção, acesso e uso de informação. A mesma carência se repete na obtenção dos meios materiais para a prática da comunicação. Os lugares de interlocução mais centrais, pelo contrário, são especializados, pautando suas práticas de poder através das tecnologias de informação e comunicação.

Não está no escopo desta iniciativa a análise estrutural de redes, mas sua apropriação como um conceito analítico, que permite compreender melhor a produção dos sentidos sociais e, em decorrência, a própria prática social. Reconhece que redes são espaços sociais e, como tais, são arena dos embates e de lutas políticas. São espaços de articulação de campos e eixos de poder (ARAÚJO, 2002, 301).

Mas a polissemia das redes tem outras abordagens. A jornalista e pesquisadora Raquel Recuero em seu site¹ afirma algo importante para o Profito – redes são

¹ <http://www.raquelrecuero.com/> visitado em 19 de agosto de 2012, 11h20min

metáforas. Esta reflexão se coaduna com a apropriação que fazemos de Edgard Morin, quando diz,

“A metáfora literária estabelece uma comunicação analógica entre realidades muito distantes e diferentes, que permite dar intensidade afetiva à inteligibilidade que ela apresenta. (...) Fornece, frequentemente, precisões que a língua puramente objetiva não pode fornecer”. (2011)

No ambiente de intervenção do Profito há profundas distâncias entre a linguagem técnica e a linguagem natural das comunidades de tradição agrícola. Muitas vezes a interação sociotécnica tende a naturalizar os fenômenos de fala-escuta. A utilização de metáforas tem sido útil no ambiente criado.

Em um dos momentos de compreensão e sinergia, um agricultor, empoderado disse: “Não estou entendendo nada, estas palavras são compridas e difíceis.” Ocorreu então o processo chamado de “negociação de palavras”. Houve um incentivo para que se apresentassem palavras do universo cultural dos agricultores e que os técnicos também não dominavam. Alguns exemplos: bitu (terra com riscos de deslizamento); bionguinho (casa típica e tradicional construída pelos mais pobres). Outras metáforas foram enunciadas por integrantes do coletivo Profito e logo ressignificadas coletivamente, como a figura do polvo para falar de complexidade. Quando a distinção teórica era maior e se pretendia manter o clima de troca e afetividade, criavam-se metáforas. Mais tarde esta prática foi ratificada pela leitura de Edgard Morin. A rede como metáfora foi vivenciada com êxito na inauguração do curso, em 3 de maio de 2010. Mais tarde em um momento de avaliação, a figuração e os enunciados dos agricultores evidenciou que o conceito fazia sentido em sua cultura. O conceito de rede sociotécnica parece elucidar o ambiente onde estes fenômenos se passam.

Empírica e teoricamente há uma tentativa de fazer circular e produzir sentidos a partir dos conceitos de Bruno Latour para resolver questões locais da PNPMF, bem como atender a demandas do coletivo que permanece em relações de confiança.

Resultados alcançados

Foram realizados dezoito encontros pedagógicos, intercâmbios com coletivos de agricultores, visitas à instituições técnicas e de pesquisa. Dois seminários foram desenvolvidos. O primeiro em 2009 e o segundo em 2011. Ambos merecem destaque na configuração da rede que se desenha a partir da participação social dos atores, incentivada pelas ações do Profito. A opção pelo seminário como elemento de decisão

intersectorial e multidisciplinar é uma livre adaptação de sua utilização em metodologia científica (LAKATOS e MARCONI, 1990). Com foco na aprendizagem, como um fenômeno de interação entre saberes, foi escolhido por sua maleabilidade. O seminário na metodologia que se compõe traz o conhecimento popular e tradicional para uma cooperação e sinergia com o saber técnico e científico. Foi objeto de preparo antecipado tentando colher e sistematizar as contribuições dos diversos atores com apresentação durante o evento, realização de grupos de trabalho para discussão e deliberação, gerando um produto final com características teóricas e práticas.

O primeiro seminário foi realizado em 16 de novembro de 2009 com o objetivo de “Definir o conteúdo temático, os recursos e parcerias para a etapa de Capacitação do Profito, fundamentando seu projeto político pedagógico”.

Deste exercício concluiu-se que o primeiro seminário conferiu maior legitimidade ao Profito, através das falas do diretor e do coordenador do NGBS, responsáveis legais sobre a iniciativa do ponto de vista institucional. Outro ganho na metodologia empregada no seminário foi ver que o público sentiu-se à vontade para mostrar habilidades e competências de letramento como mostra a fala de uma das lideranças dos agricultores, Claudino Avelino Costa² ao dizer: “Eu estava lendo sobre uma feira no Rio Grande do Sul..”

Um dos principais parâmetros para avaliação do seminário foi a percepção dos integrantes do processo, agricultores e parceiros. Utilizou-se como meio de verificação uma questionário com avaliação iconográfica, acrescidos de três perguntas adicionais aplicada aleatoriamente em 50% dos presentes. Resultado: os presentes conferiram nota média de 9,42 ao seminário. 97,36% afirmaram que o objetivo do seminário foi alcançado. Na composição de parcerias, outro parâmetro destacado, das vinte e sete instituições, organizações ou coletivos convidados, dezessete compareceram e tiveram um comprometimento com a iniciativa. O evento foi realizado tendo como modelo a paridade entre agricultores e representantes de instituições de pesquisa ou de assessoria técnica ou financeira, governamentais ou não. O primeiro seminário, com metodologia leal ao princípio de equidade, partiu das demandas expressas pelos próprios agricultores. Esta demanda foi identificada através de um processo de escuta qualificada através de entrevistas semi-estruturadas para identificar em que itens os agricultores

² Discurso gravado em vídeo

desejam ser capacitados. Destes momentos surgiram registros qualificados como etnográficos. Ao mesmo tempo os técnicos do projeto colocaram sua leitura deste registro etnográfico e acrescentaram suas demandas. O documento retornou aos agricultores como uma tabela de priorização. Tendo definidas as prioridades, os temas foram reunidos em áreas do conhecimento, vistas como um conjunto de sub-temas intrinsecamente relacionados, e inter-relacionados com as demais áreas. Diferenciam-se por isto mesmo do conceito de disciplinas que tem o caráter mais independente uma das outras. Em seguida foram encaminhados a instituições convidadas a se reunirem em rede ao Profito. Foi desenvolvido um processo de problematização, durante o seminário político pedagógico, gerando prioridades para o grupo. As principais demandas, nas palavras dos principais atores da iniciativa foram: Catalogar plantas medicinais do local, fotografar, estudar; Pesquisar como os moradores já usam estas plantas, o reconhecimento de cada uma das plantas; Como vender, para quem vender; como transformar em produto, adubação verde, compostagem, e, o mais abrangente dos pedidos: Como ser reconhecido como agricultor pelo governo.

O segundo seminário, pretendia integrar os agricultores aos usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde das Coordenações de Área Programática 4 e 5.2 que correspondem às regiões do entorno leste e sul do Maciço da Pedra Branca: a Baixada de Jacarepaguá e à Campo Grande e Ilha de Guaratiba (Fig. 6). Seu objetivo seria decidir o que e como o SUS local poderia comprar estimulando a cadeia produtiva de fitoterápicos na região. Este seminário atenderia à diretriz nº 17.6 do PNPMF³. Seu perfil seria próximo da consolidação de um comitê local de implantação de ações do PNPMF na zona oeste do município do Rio de Janeiro promovendo o poder de compra do SUS.

Foi realizado nos dias 21 e 22 de julho de 2011, no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Ao contrário do planejado e pactuado com os agricultores e parceiros, o evento tomou uma dimensão nacional. Somando as informações de inscrições realizadas no blog, nos e-mails e na recepção do evento, foram 224 pessoas inscritas. Destas 104 preencheram o cadastro completo, de onde foram gerados dados discutidos neste relatório (MAGALHÃES-FRAGA e BAPTISTA, 2011). Esta diferença ocorreu devido a dificuldades existentes no ato da inscrição no dia do evento. Esta avaliação é incluída

³ “Utilização do poder de compra do Estado na área da saúde para o fortalecimento da produção nacional”

para criar uma impressão geral dos elementos importantes. É ressaltado, portanto, que não há análises estatísticas ou gráficos e tabelas sofisticadas, apenas utilidade dos dados disponíveis, apresentados da forma simples e que facilite o entendimento geral do cenário e o papel dos dois seminários na composição de uma possível rede sociotécnica.

129 pessoas informaram sua profissão (Fig. 1). Apesar da maior parte das pessoas serem da área de saúde, sendo 19 delas da área de Farmácia (como era de se esperar), foram identificadas mais de 20 profissões diferentes, mostrando a intersectorialidade peculiar da área da Fitoterapia. Destaque para os profissionais da área de Ciências Sociais, agricultores e para a declaração de quatro pessoas como usuários do SUS: Agricultores (13), Biólogos (6), Enfermagem (13), Estudantes (16), Farmacêuticos (n=18), Jornalistas (4), Médicos (8), 1 médico veterinário, químicos (5), área de Ciências Humanas (n=13). Observa-se que houve um maior interesse por parte dos farmacêuticos, como se era de esperar, destacamos o bom número de trabalhadores de enfermagem. Ao contrário do evento anterior, não houve paridade entre o número de agricultores e as instituições e de instituições de pesquisa ou de assessoria técnica ou financeira, governamentais ou não.

O segundo seminário, pretendia integrar os agricultores aos usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde das Coordenações de Área Programática 4 e 5.2 que correspondem às regiões do entorno leste e sul do Maciço da Pedra Branca: a Baixada de Jacarepaguá e à Campo Grande e Ilha de Guaratiba (Fig. 6). Seu objetivo seria decidir o que e como o SUS local poderia comprar estimulando a cadeia produtiva de fitoterápicos na região. Este seminário atenderia à diretriz nº 17.6 do PNPMF⁴. Seu perfil seria próximo da consolidação de um comitê local de implantação de ações do PNPMF na zona oeste do município do Rio de Janeiro promovendo o poder de compra do SUS.

Foi realizado nos dias 21 e 22 de julho de 2011, no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. Ao contrário do planejado e pactuado com os agricultores e parceiros, o evento tomou uma dimensão nacional. Somando as informações de inscrições realizadas no blog, nos e-mails e na recepção do evento, foram 224 pessoas inscritas. Destas 104 preencheram o cadastro completo, de onde foram gerados dados discutidos neste relatório (MAGALHÃES-FRAGA e BAPTISTA, 2011). Esta diferença ocorreu devido

⁴ “Utilização do poder de compra do Estado na área da saúde para o fortalecimento da produção nacional”

a dificuldades existentes no ato da inscrição no dia do evento. Esta avaliação é incluída para criar uma impressão geral dos elementos importantes. É ressaltado, portanto, que não há análises estatísticas ou gráficos e tabelas sofisticadas, apenas utilidade dos dados disponíveis, apresentados da forma simples e que facilite o entendimento geral do cenário e o papel dos dois seminários na composição de uma possível rede sociotécnica.

129 pessoas informaram sua profissão (Fig. 1). Apesar da maior parte das pessoas serem da área de saúde, sendo 19 delas da área de Farmácia (como era de se esperar), foram identificadas mais de 20 profissões diferentes, mostrando a intersectorialidade peculiar da área da Fitoterapia. Destaque para os profissionais da área de Ciências Sociais, agricultores e para a declaração de quatro pessoas como usuários do SUS: Agricultores (13), Biólogos (6), Enfermagem (13), Estudantes (16), Farmacêuticos (n=18), Jornalistas (4), Médicos (8), 1 médico veterinário, químicos (5), área de Ciências Humanas (n=13). Observa-se que houve um maior interesse por parte dos farmacêuticos, como se era de esperar, destacamos o bom número de trabalhadores de enfermagem. Ao contrário do evento anterior, não houve paridade entre o número de agricultores e as instituições e organizações técnico-científicas.

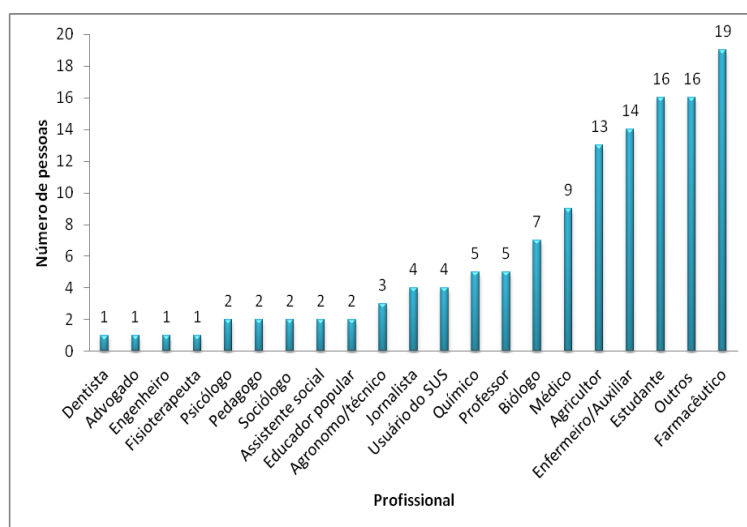


Figura 1: Pessoas presentes ao seminário Fitoterapia e Plantas Medicinais no SUS - Distribuição por categoria profissional

Deste conjunto de pessoas presentes ao seminário, 92 % pessoas declararam desejo em participar de rede virtual para acompanhar e/ou contribuir para o futuro da fitoterapia na região. Este é um indício da existência de uma rede sócio-técnica potencial.

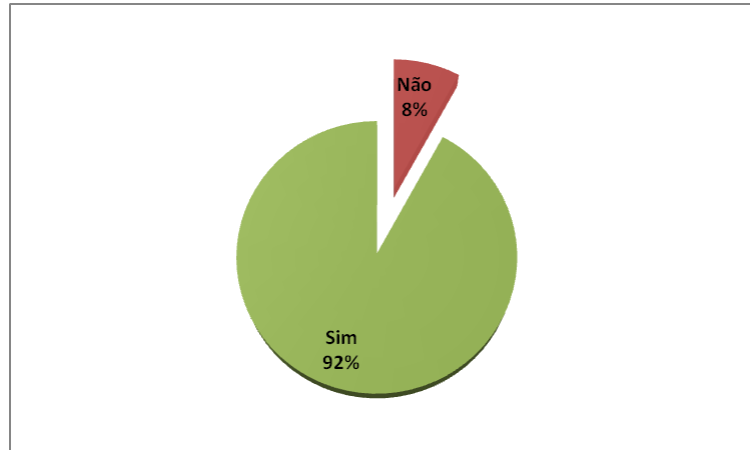


Figura 2: Interesse em participar de rede ou fórum virtual de apoio às ações locais de fitoterapia

As Instituições presentes foram: aquelas relacionadas à agricultura metropolitana (AGROVARGEM, AGROPRATA, ASPTA, APAT, UNIVERDE e COPAGÉ), Unidades da Fiocruz (Biomanguinhos, Farmanguinhos, INCQS, CFMA, ICICT, VPAAPS, UCLA, IOC, DIPLAN), Ministério da Saúde, Organizações da Sociedade Civil, Outras (SENAR-RJ), Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, SMSDC-RJ (Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro) e Universidades (UFF,UFBA,UFRJ,UNIESA,UNISUAM e UFRRJ).

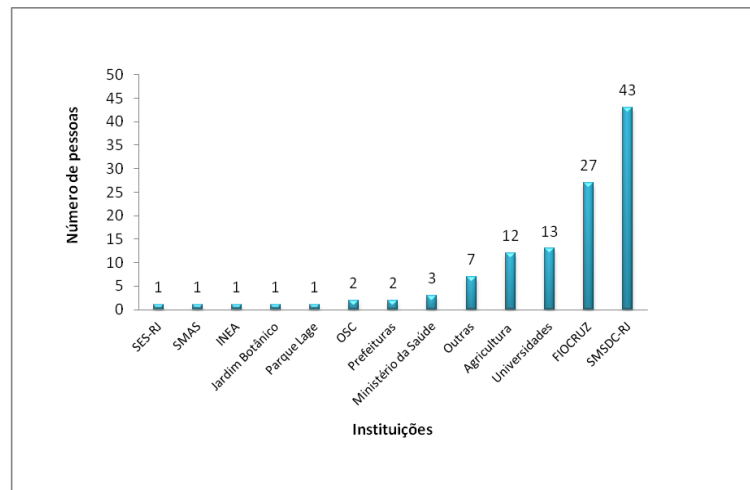


Figura 3: Instituições presentes ao Seminário Fitoterapia e Plantas Medicinais no SUS

A implantação de seminários como ferramentas de decisão intersetorial é um momento de profundo aprendizado para todos os envolvidos. A realização e repetição

destes eventos fez aprofundar o entendimento que participação e equidade merecem atenção e zelo em colocar a “desigualdade a serviço” da inclusão. A eficácia e eficiência de um evento ou de uma trajetória de implantação de gestão participativa não se medem nas centenas de pessoas presentes, nem na quantidade de instituições representadas, mas na construção compartilhada de conhecimento. Depende muito mais de preparo das técnicas e metodologia do que de fatores materiais e de logística.

Os resultados parciais anunciam aumento da participação dos agricultores em redes, fóruns, conselhos, com acesso inicial às políticas de agricultura. Outrora invisíveis como se declaravam, ocorreu a integração dos agricultores da cidade, com produção típica de áreas rurais no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Novos agricultores da zona oeste do Rio ingressaram no Sistema Participativo de Garantia Orgânica (SPG). Integram a Rede de Agricultura Urbana e são fornecedores e consumidores da Rede Ecológica. Atuam por representação na Articulação Metropolitana e Estadual de Agroecologia, que, por sua vez, é ligada à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Todas são organizações da sociedade civil. Participaram de pré-conferências, da conferência municipal, da estadual e da nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Dois agricultores foram eleitos para o CONSEA-Rio (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro). Houve participação de agricultores ou de seus familiares nas conferências municipais de saúde do Rio, sendo que diretores da Agropрата são membros do Conselho Distrital de Saúde da Área de Planejamento 5.2. Recentemente dois agricultores conseguiram após anos de luta e persistência terem sua Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), inseridas no sistema nacional.

Foi obtido o registro de uma rede sociotécnica com interação e reciprocidade entre agricultores, pesquisadores, políticos, trabalhadores de órgãos governamentais. A região metropolitana do Rio de Janeiro tem um

processo no qual estão envolvidos homens e seus objetos, *humanos e não humanos* no jargão da sociologia de Latour. Os objetos não seriam dominados pelos homens, eles estabeleceriam com eles relações complexas, eles os “superariam”, participando das categorizações. As relações entre humanos e não humanos estariam tão enredadas que não seria possível separá-las. (ARENDDT, 2008)

A rede sociotécnica é maior que este primeiro momento de análise. Este registro inicial está formatado como uma planilha e sintetizado no quadro (Q.01), voltado para a

rede social, como um início de trabalho. Os números abaixo foram obtidos através dos contatos descritos em listas de presenças em eventos e relatórios de campo. A rede identificada tem um perfil de interação de pessoas, cidadãos em diferentes contextos. Aqueles envolvidos com a agricultura familiar de modo geral necessitam de práticas de comunicação escrita, os demais podem ter acesso às mídias digitais. Esta distinção é importante para o planejamento de estratégias de comunicação e informação inclusivas. As organizações de agricultores com as quais se tem uma rotina de relacionamento são as associações Alcri, Agropirata, Agrovargem e Rede de Agricultura Urbana. As demais são as associações de Nova Iguaçu, Magé, Queimados e Belford Roxo, bem como as articulações de agroecologia. Há uma relação de reciprocidade entre alguns pesquisadores da Fiocruz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Rural, da Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO), da Universidade Federal Fluminense. As relações com as gestões centrais da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SMSDC-RJ) e Secretaria Estadual de Saúde (SES-RJ) são consideradas necessárias à obtenção dos objetivos do Profito e ao ideal de participação política dos agricultores nos serviços e ações de fitoterapia. Há um relacionamento relativo bom com profissionais de saúde e da área de saúde nas Áreas Programáticas adjacentes às experiências de agricultura, porém não é resolutivo já que não existe um fórum de decisões, ou uma instância deliberativa, que inclua os próprios trabalhadores do SUS local para efeitos da área da fitoterapia.

Tabela 1: Distribuição dos atores que compõe a rede socio-técnica identificada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Categorização	Contato rotineiro	Contato esporádico	Contato necessário
Pessoas físicas (agricultores, trabalhadores das políticas e organizações envolvidas)	60 (33 agricultores)	120 (16 agricultores)	329
Organizações de agricultores	4	8	12
Organizações da sociedade civil	2	3	18
Instituições de assistência à saúde e gestão do SUS	3	1	21
Institutos de Pesquisa e Universidades	6	4	10
Outros órgãos governamentais e instituições	8	6	14

financeiras			
Controle social	1	3	8

Análise qualitativa inicial apresenta baixa coesão da rede necessária para o êxito da fitoterapia na região metropolitana do Rio de Janeiro. Identifica-se como problema persistente a produção, acesso, circulação e uso de informação técnica e científica. Há evidências de melhoria da comunicação como prática descentralizada. No entanto, persistem conflitos relacionados a estas mesmas práticas. As práticas orais e um a um de comunicação, como conversas, entrevistas, uso do telefone e celular ou Skype não são eficientes para coletivos com a quantidade de pessoas identificadas. Alguns conflitos precisam de uma política de comunicação contínua com possibilidade de que outras vozes apareçam no cenário das ações locais de PNPMF. Com a possibilidade de expressão de conflitos como algo natural às interações humanas, é possível que apareça a confiança nas possibilidades de polifonia, ou seja, a emissão de muitas vozes, com lugares de interlocução diferentes, mas interagindo e possibilitando decisões democráticas. Tanto a condição de mobilização, como de informação e comunicação precisam de uma análise acurada, sendo objeto de outros trabalhos.

Referências

- AGUIAR, Afrânio Carvalho. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta como base em análise funcional. **Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, v. 20, n.1, p. 7-15, jan./jun. 1991
- ARAÚJO, I. S. **Mercado Simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas**. 2002. 352 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ARENDT, Jacques. MANEIRAS DE PESQUISAR NO COTIDIANO: CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DO ATOR-REDE. **Psicologia & Sociedade**; 20, Edição Especial: 7-11, 2008
- BAPTISTA, Silvia R. N. **Capacitação em rede para inserção de agricultores em APL de plantas medicinais e fitoterápicos**. Monografia (Especialização em gestão da inovação em fitomedicamentos). Instituto de Tecnologia em Fármacos, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 971 de 3 de Maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde** – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca**: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Sociologia. Rio de Janeiro, 2010.

_____ e BAPTISTA, Silvia. Capacitação em rede com pequenos produtores de uma unidade de proteção integral: uma reflexão sobre metodologias participativas. Anais do **V ENANPPAS** - Encontro Nacional da Anppas, 2010. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT5-499-445-20100903164034.pdf>

GOMEZ, Maria Nélide G de; CANONGIA, Claudia, (Org.) **Contribuição para políticas de ICT**. Brasília : IBICT, 2001.

GUIMARÃES, M.C. **Capacitação de agricultores no Brasil: estudo de caso Projeto Profíto**. Monografia (Licenciatura em Biologia). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A.- Fundamentos de Metodologia Científica. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

MAGALHÃES-FRAGA, S. A. P.; Oliveira, M. F. S. **Escolas Fitoparceiras: Saúde, Ambiente e Educação através das Plantas Mediciniais**. Revista Fitos, Pesquisa Desenvolvimento e Inovação em Fitoterápicos, Vol 5, nº1 – 2010.

MAGALHÃES-FRAGA, S. A. P. e BAPTISTA, Silvia R. N. (orgs). **SEMINÁRIO FITOTERAPIA E PLANTAS MEDICINAIS NA REDE SUS: Histórico e Proposta de Consolidação** (mimeo). Farmanguinhos, Rio de Janeiro. 2011

MORAES, Márcia. O conhecimento científico: da epistemologia às redes sócio-técnicas. Disponível em <http://www.slab.uff.br/textos/texto17.pdf> acessado em 19 de agosto de 2012.

MORIN, Edgard. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PINHEIRO, L. V. R. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da ciência da informação : disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e aplicações. In : PINTO, V. G. CAVALCANTE, L. E. (Org.) **Ciência da Informação : abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações**. Fortaleza : UFC, 2007. p. 71-105

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço : técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo : Ed. USP, 2006. p. P.156-187. Disponível em : <
[http://www.4shared.com/office/IPwCKhCN/SANTOS Milton A natureza do es.html](http://www.4shared.com/office/IPwCKhCN/SANTOS_Milton_A_natureza_do_es.html)>

SANTOS, P., DOS REIS, M.. Gestão do Conhecimento: ainda um obscuro objeto de desejo? **RECIIS**, V.4 , N.5, dez. 2010.